



**casadesarmento**

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4810-241 Guimarães  
E-mail: [casa.sarmento@csarmento.uminho.pt](mailto:casa.sarmento@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)

## ARQUIVO DA COLEGIADA

DE

## GUIMARÃES

(Continuado do vol. XXXII, pág. 10)

39.º

Outra carta do mesmo D. Afonso V, em Santa-rém, a 1 de Outubro de 1449, ao «Prior e Cabido da nossa egreja de Santa Maria de Guimarães», em que confirma todos os privilégios desta igreja e manda que usem deles como usaram até à morte do senhor Rei seu padre. El-Rei «o mandou pelo dr. Rui Gomes Dalvarenga seu vassalo e do seu desembargo e das petições. Nom sendo hi seu parceiro Braz Affonso a fez.» (fls. 31 v.º).

40.º

Outra carta do mesmo rei, em Lisboa a 11 de Junho de 1450, «fazendo graça ao Prior Chantre e conegos clérigos e cabido da nossa egreja de Santa Maria de Guimarães», outorgando e confirmando todos os foros, privilégios, liberdades, graças e mercês dadas e outorgadas e confirmadas até à morte de seu pai D. Duarte. Alvaro Vieira a fez e esta carta lhe nam guardeis (corregedores, justiça, etc., etc.) se asselada não for. (fl. 32).

41.º

Carta de sentença do mesmo senhor a Gonçalo Afonso, seu contador nos almoxarifados de Guimarães

e Ponte de Lima e a outros quaisquer, etc. «Sabede que dante vós veio á nossa corte uma carta testemunhavel escripta e assignada por João Gonçalves escriptão dos nossos contos nos ditos almoxarifados, etc., e n'ella se continha que os Chantre e Cabido da nossa Igreja Collegiada de Santa Maria da dita Villa de Guimarães vos presentaram certos privilegios que por el-rei D. João meu avô etc. etc. foram dados e outorgados á dita Igreja; e uma confirmação porque lhos confirmamos e outorgamos, que vos expuseram e declararam as cousas em que a elles e a seus caseiros, domesticos e familiares, fazieis aggravo, e certas razões porque vos a ello moveis etc. etc. vos respondendo ao seu requerimento dissestes primeiramente que lhes não fazieis aggravo algum pois usaveis d'aquillo que por nosso serviço lvos era mandado e depois em outra parte que era verdade que vós mandareis penhorar todos os privilegiados pelos ditos privilegios por vos mostrarem como por elles deviam ser escusados; porque tanto que vinhees em conhecimento quaes pessoas dos ditos privilegios deviam goiuir lhos mandáueis goardar, e tornar seus pinhores sem custas e portarias, e que se lhas os sacadores leuauom que lhas faziees tornar; Induzendo por fundamento de vossa tenção e justificação de vosso processo uma carta, que el-rei meu senhor e padre cuja alma Deus haya enviou a cerca do dito caso a Diego Alvares veedor que foi das tاراچanas do Porto seendo seu contador em os ditos almoxarifados, e com ella hũa deccarassom de determinação porque o dito meu senhor e padre determinou os ditos privilegios mandando finalmente aos ditos Chantre e Cabido, que ataa quinze dias deste mez de setembro vos torne de todo nossa resposta e desembargo, e de outra guiza os haves por condemnados em cem coroas douro para a nossa camara segundo esto. . . . E visto por nós. . . . e acordamos ser em o dito feito posto o desembargo que se adeante segue — Acordam os vedores da fazenda que os beneficiados da Igreja de Santa Maria de Guimarães são aggravados pelo contador em mandar constringer todelos lavradores da dita Igreja universalmente assim os que merecem de pagar como os que não merecem, e mandam ao dito contador que daqui em deante ante que mande constringer os ditos lavradores

e caseiros se informe quaes são os que não devem goiur dos privilegios da dita Igreja e esses mande constringer, e dos outros nom cure, e que guardem á dita Igreja os ditos privilegios pela guiza e maneira que os el-rei D. Duarte declarou e determinou e limitou, não lhes fazendo sobrello nenhuma inovação nem agravo, e mandado logo tornar os penhores aos lavradores e cazeiros que achar que nom devem pagar pois que foram penhorados sem razão sem pagarem nenhuns custos das penhoras, e os que merecem de pagar e nom devem de goiur dos ditos privilegios que os constringa que paguem, e assim as penhoras e os outros custos pois se queriam escusar do que os el-rei nom faz escusos e asolvem o dito Cabido e beneficiados das cem coroas em que os condemnou o contador a qual hão por nenhuma visto como não tinha razão legitima para lhes tal pena poer. Porém vos mandamos que assim o cumpraes e façaes cumprir e guardar sem outro embargo que lhes sobrello ponhaes Cã nossa merce é serlhe em todo guardados os ditos privilegios pela guiza que dito é e em tal maneira o fazei que os ditos beneficiados não tenham razão de se a nós mais inviaem agravar. E al não façades. Dante em a cidade de Lisboa 10 dias do mez de setembro. El-Rei o mandou por D. Fernando de Castro e Lopo d'Almeida ambos do conselho do dito senhor e vedores da sua fazenda. Vasco Martins a fez anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1451 Passe com rubrica e guarda Lopo Dalmeida Dom Fernando.» (fl. 32 v.º).

42.º

Outra carta do mesmo rei, em Lisboa, a 22 de Julho de 1455 ao dito Gonçalo Afonso, «mandando-lhe que não constringa nem mande constringer o Prior e Conegos de Santa Maria da dita villa de Guimarães por aquello que lhes monta de pagar em esta hua dizi-ma e meia que se ora tira, a qual nos foi outrogada para a ida, e corregimento da Rainha de Castella minha muito presada e amada irmã; porquanto nossa merce é os haveremos por relevados á honra da Virgem Maria sem outro algum embargo que lhes sobre ello ponham.» Rui Dias a fez. Martim a fez escrever e sobescreveu. (fl. 34 v.º).

43.º

Outra carta do mesmo rei de Portugal e senhor de Cepta, em Lisboa, a 23 de Julho de 1455, porque «da parte do cabido e conegos da nossa Igreja de Santa Maria de Guimarães nos foi dito que por um Diogo Alvares e mulher moradores em Villa do Conde» foi deixada uma casa á Igreja «e como a renda da dita Igreja é tão pequena que não pôde supprir as despesas d'ella, e querendo-lhes fazer graça e merce em esmola por honra da Virgem Maria a que esto foi leixado. Temos por bem e lhe damos autoridade logar e poder que elles possam haver a dita casa e renda d'ella para sempre por aquella guisa que lhe foi leixada.» João Gonçalves a fez, Martim Gil a fez escrever e subscreveu. (fl. 35).

44.º

Carta de D. Afonso V, rei de Portugal e do Algarve, senhor de Cepta e de Alcácer em Africa, feita em Lisboa a 7 de Abril de 1460 por Gonçalo Dias, mandado por Gomes Eanes de Azurara, a pedido de Afonso Gomes de Lemos, prior de Guimarães, que fêz a el-rei para lhe mandar dar o traslado de algumas escrituras do seu priorado que mandou ao dito Azurara, corregedor do Pinheiro, seu cronista e guarda-mor do Tombo, «que lhe dello sua carta assignada por ello e asselada do nosso sello segundo alvará que foi feito em Veiras a 20 dias de Março por João Vogado, o qual Gomes Eannes em cumprimento do nosso mandado fez buscar as escripturas da dita Torre onde foi achada uma em um livro de el-rei D. Diniz que é o 3.º que diz assim Saibão quantos esta carta virem que eu Manuel Eannes escrivão do mui nobre D. Diniz pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve vi uma carta do Papa Alexandre da qual o teor tal é: (publica-se no 2.º fascículo do «Vimaranes Monumenta Historica», doc. 253 a fl. 216, pela qual os priores da igreja de Guimarães podiam excomungar os perturbadores da jurisdição dela). e eu escrivão de suzo dito por mandado do dito rei esta carta com minha mão registei em Lisboa 11 de Outubro da era 1329 em o registo de el-rei.» (fl. 35 v.º).

45.º

Carta ou sentença do mesmo rei, dada na cidade de Évora a 16 de Abril de 1461, dirigida aos juizes, procuradores, vereadores e contadores da *nossa* vila de Guimarães e a outros quaisquer, etc. «O prior e cabido da *nossa* igreja de Santa Maria da Oliveira da dita vila de Guimarães se enviaram a nós agravar dizendo que vós constrangieis os seus caseiros que hajam de pagar em este serviço e pedido que nos ora foi outorgado por os povos para tiramento das tenças, no que se sentem por muito agravados por dello serem livres e isentos por privilegios dos rex nossos antecessores e nossos por ser todo dado á dita igreja em esmola para sempre».....«E visto por nós seus privilegios por os quaes taes seus caseiros lavradores não devem, nem soem pagar em nossos pedidos, e achamos que eram por vos agravados em lhe não serem guardados. E porem vos mando que vejaes hua carta que de nos o dito cabido e conegos tem na qual são escriptos todos aquelles seus caseiros e pessoas que de taes pedidos hão de ser escusados e lha guardeis cumpridamente e não constrangieis os sobreditos em ella conteudos que hajam de pagar em o sobredito serviço, porquanto posto que em este sobredito serviço não hajam de ser escusados de pagar, posto que por nós e nossos privilegios fossem isentos de pagar em nossos pedidos, segundo em as cortes passadas determinamos, foi achado por letrados a que esto cometemos que nós não podiamos revogar os privilegios concedidos aos sobreditos caseiros e pessoas da dita *nossa* igreja por lhe serem outorgados á honra e reverencia de *nossa* senhora Santa Maria em esmola e assim ser ja direito ecclesiastico, o qual nós não podemos tolher. Cumprindoo vós assim de todo e de guiza que elles não hajam razão de se virem a nós mais sobreto agravar.» Gonçalo de Lisboa a fez. «e se lhe por a dita razão alguns penhores ou dinheiros são filhados, mandamos que logo lhe sejam entregues. — El Rei». (fl. 37).

46.º

Carta do mesmo rei, em Santarém a 13 de Janeiro de 1462, feita por Pedro Afonso, em que por o prior,

chante e cónegos de Santa Maria de Guimarães lhe mandarem dizer «que recebiam grande agravo nos pedidos que se ora pagam para o tiramento das tenças em (fazer que) paguem os seus caseiros e lavradores e domesticos, porquanto nunca pagaram depois que dello foram privilegiados somente agora; e nós visto seu requerimento, e como nas cortes que fizemos sobreto na cidade Devora foi terminado que todos os privilegiados pagassem Ordenamos que todavia paguem segundo foi acordado em as ditas cortes, e porquanto *nossa* tenção foi e é que por esta paga em todellos outros nossos pedidos todellos seus ditos caseiros, lavradores e domesticos sejam guardados e privilegiados em todo, segundo ategora foram, por esta carta mandamos a todos os nossos corregedores».....«que posto que assim ora paguem nos ditos pedidos para o dito tiramento das tenças lhe guardem e cumpram em todo seus privilegios e liberdades como sempre foram assim nos outros pedidos que se lançarem, como em todos os outros encargos porque assim é *nossa* merce, e queremos que assim o cumpram sem outra duvida nem embargo algum.» (fl. 38).

47.º

Carta do mesmo rei, na vila de Coruche a 29 de Janeiro de 1471, feita por Lopo Fernandes, fazendo graça aos beneficiados de Santa Maria de Guimarães, privilegiar-lhe o casal de Carude, em terra de Prado, que ora houveram de Fernão de Sousa, *nosso* fidalgo, a trôco de umas casas e uma horta que elles tinham em a dita vila junto com outras do dito Fernão, ficando o dito casal gosando de todos os privilégios como os do número. (fl. 38 v.º).

48.º

Carta do mesmo «Dom Affonso por graça de Deos Rei de Castela de Liam e de Portugal de Toledo e de Galiza de Cevilha e de Cordova de Murcia e de Geem dos Algarves daquem e dalem mar em Africa de Algazira de Gibraltar Senhor de Biscaya e de Molina (1). A

(1) E' o único documento da Colegiada que tem esta divisa.

quantos esta carta virem fazemos saber que esguardando nós como da Gloriosa Virgem Maria Nossa Senhora temos recebidos muntos e emensos beneficios e merces pellos quais somos muy obrigado ainda de concervar ajudar e favoreser quanto bem posamos as suas Igrejas e oragos ante os quais havendo respeito como a Igreja Collegiada de Santa Maria doliveira de Guimarães do Arcebispado de Braga foi senpre e hé casa de munta romagem e devação em a qual por misericordia da dita Senhora foram e som cada dia vezivelmente feito muitos milagres Dezejando nos muito segundo devemos de o Seu Santo Serviso ser acreçentado e os seus bens rendas tezouros e ornamentos Ecclesiasticos serem conservados e guardados de nenhum cazo ou neçesidade occorrente geral e expecial que sobrevenha a nos ou a nossos Regnos e subseosens delles daqui em diante segundo agora justamente sobreveo e fomos e somos por defençom de nossos Regnos e acresçentamento de nosso Real Estado pella qual cauza por estrema e legitima neçesidade em que estamos nos conveo tomar e tomamos universalmente por todolos ditos nossos Regnos de Portugal alguma prata das ditas Igrejas delles para nos remediarmos entre as quais alguns moradores da dita villa de Guimaraens e outras pessoas devotas por serviso da dita Senhora lhes prouve remir por seus bens toda a prata que da dita Igreja haviamos daver <sup>(1)</sup> e

(1) Documento existente no arquivo :

«Quitação del Rei dos seiscentos cruzados que o Cabido pagou polla prata que el Rei D. A.<sup>o</sup> 5.<sup>o</sup> queria levar.

El Rei faço saber a quantos este alvará for mostrado, q o Cabido da Igreja Collegiada de S.<sup>ta</sup> Maria da Oliveira da Villa de Guimarães nos era obrigado de pagar seiscentos cruzados douro, de que me fizeram serviso, por lhes deixar toda a prata da dita Igreja, que lhe per meu mandado era tomada, segundo tomarom a todallas igrejas, e mosteiros de meus Reinos. Os quaes seiscentos cruzados, de que me assi fizerão serviço, o dito Cabido me pagou em esta maneira, S, cem cruzados em ouro em a cidade de Touro. ett.

E por quanto me o dito Cabido tem pagos os ditos seiscentos cruzados, de q assi fizerão serviso como dito he, o dou por quite, e livre deste dia para todo sempre, que por mim, nem por meus mandados lhe non possam ser mais demandados, porque de todo me hei por pago, e entregue delles. E para sua segurança lhe mandei ser feita esta quitação, que foi feita em a cidade do Porto a vin-

hora por tanto conçiderando nos bem o todo que ja dito hé dezejando munto por serviso da dita Senhora rezervar e izentar a dita Igreja para senpre de todo e qualquer cazo e neçesidade que ao diente venha ou possa vir em que nos ou nossos sobseores com direito justa razom posamos e devamos tomar ou mandar tomar alguma prata tezouros bens ou outras couzas da dita Igreja e temos por bem e nos pras pos posta toda neçesidade e cazo vindouro daqui em diante por qualquer maneira que aconteça em que sejamos postos por reverença da dita Glorioza Senhora rezervamos e izentamos e havemos por izenta e rezervada para sempre a dita Igreja de Santa Maria doliveira de numca nos dar nem emprestar nem nós lhe tomar ouro prata e dinheiros nem outra couza que de seu tezouro e rendas nós della necessariamente cumpridoira seja posto que geralmente ou expecialmente o tomemos e hajamos de outras Igrejas dos ditos Regnos e esto prometemos asy por nossa feé real a Deos e a glorioza Virgem Maria de lho manter em todo e por todo e nunca em nenhum tempo hir contra ello e asy mesmo rogamos e imcomendamos e mandamos ao Príncipe meu sobre todos munto prezado e amado filho e sobseores dos ditos Regnos e aos outros que depos elle forem sob penna de minha bençam que conformandose em esto com nossa vontade mantenhão e guardem para sempre todo o que e por a maneira que dito he e amparem e defendão e conçervem seus pervilegios Rendas e Tezouros e couzas a ella pertencentez como se fosem couzas da Coroa do Regno que por nos asy solemnementemente o prometemos e lho leixamos com este incargo e asy mesmo mandamos estreitamente a todos os nossos Corregedores Juizes Justiças offçiais e pessoas a que esta Carta for mostrada e o conheçimento desto pertencer que guardem e mantenhão e fação guardar e manter perfeitamente esta Carta como em sima declaradamente se contem sob grave penna em que incorrão aquelles que

te e tres dias de Julho, o dito João Gonçalves escrivão dos meus contos per meu mandado a fez. Ano do nascimento de nosso sôr Jesu Christo de 1476 annos.

yo El Rei.»

contra ella forem por quanto asy hé nossa determinada merçe em testemunho das quais couzas lhe mandamos dar esta Nossa patente Carta signada por Nos e sellada do nosso sello. Dada em a nossa cidade de Touro Aos oito dias de Março Martim Lopes a fes Anno do Nasçimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil coatrocentos setenta e seis || Yo El Rei || Lugar do sello.» (fl. 39). (1)

(1) «Jhus. Saibham os que este estornio de notificaçam e requerimto virem que no anno do nascimto de nosso Snor Ihu xpo de mill e quatrocentos e setenta e seis annos primeiro dia, do mes dabryll, da dita era, dentro no coro da devota e honrrada egia colegiada de santa maria da dita villa, sendo hy os honrrados, affom de freitas thesoureiro e Lco Affoñs damdrade meste escolla, e mtyñ Lco Ryconado pedre añs capellam Vicente mty e lopo affom e luis vasqs e pedrafons e alvº Als, todos conegos na dita egra em presença de my publico notairo, adiante nomeado e testemunhas, adiante escriptas, pareceo Joham glls escudeiro delrey e escriptviam dos contos, no almoxeriffado, da dita villa e ponte de lima || e disse aos ssobreditos, dinydades conigos, que elles, sabyam, bem como o snor prncype, por mādado delrey, nosso snor, mandara a goncallo, affom contador, nos ditos almoxeriffados, que tomasse a prata, das egias, nos ditos almoxeriffados e polio dito contador, seer em tall ponto queo, nom podia fazer, que o, dito snor dera ora carego a elle, de aver de tomar, a dita prata, e que ora, elle tinha, tomada a prata que nas egrias deste almoxeriffado avia segundo o que lhe, o dito Snor Rey e prncipe tinham, mandado affora esta desta egria de santa maria e que elle, dito Joham, glls pō reverença, da, dita Snra vrgem, maria e por contemplaçom delles dtos dinydades e conigos, leixara, de tomar, da dita egia, ataa, averem rrecurso, do dito snor rey e prncipe, se lha queriam, leixar e que o mesogeiro que elles emviaram, ao dito Snor era ja vy(n)do p(or) em que elle, lhes rrequeria que elles lhe mostrassem qualqr termynacam que o dito Snor rey e prncipe, a ello derom e sse lho logo nom mostrassem que lhe rrequeria da parte do dto snor e em especyall ao dito thesoureiro que era guarda, da dita prata, e a tinha em seu, poder que abrisse, a porta do thesouro da dita egra pa tomar a dita prata segundo polio dito Snor rey e prncipe lhe era mādado, e do requerimto que elle asy fazia, aos sobr ditos e ao dito thesoureiro pedia amy dito notairo huu e muitos estornios pera sua guarda || e as ditas dinydades e conigos derom em reposta ao dito rrequerimto ffitoo polio dito Joham gllz que elles mādaram ao dito Snor rey e ao Snor prncype, seu fillio huu conigo seu irmaão o quall trazia certidom, do dto Snor rey e prncype, de a prata, da dita egria seer pservada, e asy a dita egria, em seus privileyos, e liberdades, que dos sseus antecessores tynham a quall certidom dos, ditos senhores rey e prncipe que asy trazia com outras escripturas e, sua, besta e despesa? lhe fora todo roubado no caminho vindo de çamora pa portugall, segudo esto e outras coussas, e mais, compridamente, daria p escripto.

Traslado do livro das «tabuas vermelhas»; número dos privilégios, com uma provisão de el-rei D. Afonso V, dada em Lisboa a 21 de Julho de 1455, respeitante aos privilegiados. (fl. 41).

em reposta, ao dito seu, requerimto, e o dito Joham glls, sem embargo, do que asy diziãr lhes requereio, outra vez que lhe emtergassem, a dita prata requerendo em especyall ao dito thesoureiro q pois outra tremynacam nom tinham do dito snor rey, e prncype, lhe ffossem britar, a porta do dito thesouro, pa tomar a dita prata e fazer a dita emxecuçam como pollos ditos senhores era mādado, e' o dito thesoureiro, deu em reposta ao requerimto que lhe asy era fto polio dttoo Joham glls que elle dito thesoureiro nom emtergaria tall prata, pō quanto a dita prata, lhe ffoy emtregue polio snor affom gomes de lemos proll da dita egra sseu em, mediato prellado, quando por thesoureiro viera, aa dita egia, da quall tinha ffeito em ventairo e que sem seu mādado lha nom emtergaria e que sse seu mādado lhe mostrasse, que logo, lhe, emtergaria toda o dita prta e que doutra guissa, elle, fecharia, as portas do dito thesouro e que elle as poderia britar, se quigesse e tomar a dita prata, por, forza, que lha nō podia, deffender, e que doutra guissa, lha nom emtemdia de emtregar e o dito Joham glls disse que ffaria o que lhe, o dito Snor rey e prncype tem mādado, testemunhas que a esto, fforam presētes, gomes affom prevendeiro e pero vasqs, temdeiro e eu nuno de vgas, notairo que esto escervi, = e despois desto douus dias, do dito mes dabryll da dita villa de guimrrs, sendo os conigos no coro da egia de santa maria o sobredito Joham glls rrequereio, a my dito notairo, que ffosse com elle ao thesouro, da dita egia e eu dito notairo ffouy com o dito Joham gllz aa porta do thesouro da dita egia e achou, a porta fechada e mādou chamar o sobredito thesoureiro, e logo vierom ao dito thesouro fernam da costa, chantre e o dito affom de freitas thesoureiro e Lco affom damdrade, meste escolla, e alvº glls vigairo e martim Lco Rico, nado, e diogo affom abbade de rocas conigos na dita egia e logo, polio dito Joham glls foram, mostrados certos, mādados, do dito Snor rey e prncype, aas ditas dinydades, e conigos dos qees huu em pos outro, som estes que sse sseguem || polio prncype, a goncallo affom contador del rey em guimrrs, voos goncallo affom, nos ho prncype vos enviamos saudar, fazemos, sabr que que despos, que vos escervemos sobr a prata das egrias que requeresseem ao arcebpo de bragaa que vos desse, mādado porque sse filhasse, em todas egias dessa, comarqua, ouvemos carta delrey meu Snor pque, logo mandassemos filhar po em, nos mādamos, que vista esta carta, dees hordem como por nos e por nosso escriptviam dos comtos e p todollos, officyaes, e pessoas, de nossa, comarqua segundo, nos teemos escripto, sse filhe, logo a dita prata, sem esperardes, mais mādado do dito arcebpo em tall guissa que por todos sse filhe, logo tirando, calezes, e patenas relyquias em que reliquias estem emcastoadas e em ha ssece desse arcebpo e em

Carta de el-rei D. João I, dada em Lisboa a 18 de Setembro da era de 1442 (1402), em que manda aos «sacadores e recebedores das dizimas e pedidos que nos ora foram outrogados por os Perlados e nosso pobo, e se agora hão de tirar em Guimarães» e a outros... por o prior e cabido «da nossa» igreja de S.<sup>ta</sup> Maria de Guimarães lhe enviarem dizer que nos lhe demos nosso preuillégio a honrra de Santa Maria porque mandamos que elles e todos seus famelliares, e domesticos, e lauradores, e mancebos, e sergentes fossem escudos de todellos encargos e petitas que por nós, nem por os conçelhos fossem lançados. E que ora nom

as egias. pncipaes das boas villas delle e cada huu. huua cruz e galhetas. e huu trbullo e tambem nas colegyadas em cada hua outro. tanto. e quanto aos mosteiros e abadias. ja vos. teemos mädado hu alv<sup>a</sup> patente. da maneira que avees de teer. aqall prata que sse asy filhar. os recebedores. que ha sy fizerdes segundo a fforina do que vos teemos escripto daram conhecim<sup>to</sup> aos thesoureiros das egias p<sup>o</sup> lhe seer tornada outra tanta. como asy for filhada e mãdarees. aa moeda do porto. segundo. vos teemos mädado. o que asy comprrees com muita trgåça. segundo veedes. queo caso ho require. e com e. conpre. as viço do dito Snor e nosso escripta na guarda quatro dias de janeiro de mill e quatrocentos e satenta e seis. pncype nos o pncype. ffazemos sabr. avos regedores das cassas da soprcaçam e do cyvell e a corregedor da corte das comárquas e aos ouvidores pollos adiantados. e ao nosso ouvidor. e ao do dueq. de visseu. e de. bragança e de guimrrs e dos mostrados e pror do ento. (prior do isento) e a quaeesquer outros juizes e justyças delrey meu Snor que seendo vos requeridos por seus contadores ou porquem seu cargo tiver açerqua da tomada da prata das egias que vaades ou mãdees. com elles a tomar a dita prata. vollo façees ajuntando gente aquella que comprr. e quebrando portas das ditas egias e samcristias e doutras. quaesqr cassas hõ de este e fazerdes por maneira que o mandado delrey meu Snor e nosso seja conprdo inteiramente requerendo aos celigos que a deixem tomar sem outro escandallo. nem offensa pois elrey meu Snor a tomia emprestada polla muita necesydade que tem pa seu srviço e bem e defenssom destes regnos e lhes mãda logo apprar rendas de huu sse pague. se nom nos toda via. non na leixando elles tomar ou a ascondendo. vos todavia fazee todo. o que por. nos he. mädado e andayem esto sem vos em all o enpardes atee ser acabado e nom ho ffazendo vos asy nos vos daremos tall estormento e p<sup>o</sup> nossos bees mãdaremos aver. outra tanta copia. em penafiell vinte e quatro de janeiro mill e quatrocentos e setenta e seis. = os quaees. mandados. asy leudos e prycados. como dito he pollo dito Joham gils por elle ffoy requerido ao dito vigayro. da

embargando o dito preuillégio som constrangudos, que paguem em essas dizimas e pedidos e que nos pediam..... manda que seu preuillégio lhes seya bem cumprido, e goardado Temos por bem e mandamosuos, que veyades o dito preuillégio, e lho cumprades, e guardedes, e fassades cumprir, e goardar como em elle he conthudo. E nom vaades contra elle em nenhuã guiza que seya, nem os constrangades que paguem em esses pedidos. Cã nossa merce he seerem dello escuzados. e se lhes ja por ello alguns bens, ou pinhores ou dinheiros som tomados fazedelhos logo tornar, e entregar sem outra contenda nenhuã..... El-Rei o mandou por João Affonso Dalaoquer seu vassallo, e vedor da sua fazenda. Rodrigo Affonso a fez.» (fl. 6r).

parte delrey. e do pncipe. que lhe mandasse. abrir a porta do dito thesouro. e mãdasse ao dito thesoureiro que presente estava so pena descomunham. lhe. mãdasse. abrir a porta. do dito thesouro e nom. o querendo. elle. ffazer como por elle dito Joham gils era. requerido que elle o havia po condepnado em duzentos cruzados pera a camara do dito Snor pncipe e que ptestava deo. aver. o dito snor por seus. bees e rêdas. de seus benefycios. e que. requeria. a my notairo que escervesse a pena. que lhe elle. poynha e mais. que se elle. quebrasse. as portas. do dito thesouro que elle dito thesoureiro e o dito vygairo ffossem theudos de as fazer aas suas pprias custas e o dito vigairo. vista a pena que lhe o dito Joham gils poynha e como ho dito Joam gils queria. britar as portas do dito. thesouro. mandou a Joham Vasqs samcristão que abrisse. a porta do dito thesouro a qual ffoy aberta pollo dito Joham Vasqs e o dito Joham Vasqs e o dito Joham gils. foi com as. ditas dinydades e conygos e comygo dito notairo ao dito thesouro e abriro. huus almarrios que hy estavam e achou. em elles certa prata e pollo dito Joham gils ffoy requerido aas ditas dinydades e vigairo que emlegessem ante sy quem. estevesse ao pesso da dita prata. os quaees logo emlegerom pera ello o dito meste. escolla. e o dito vigairo e o dito martym L<sup>o</sup> Riconado e o dito diogaflom abbade de rocas e por. nom seer tempo pero pesarem a dita prata disserom que a huua ora depois do meo dia. fossem pesar a dita prata. testemunhas que a esto fforam presentes affom de lenios escudeiro. de ffernam de sousa e Joham affom alffayate. e ffernam do dis escudeiro. da Snra duquessa e outros e eu nuno de vgas notairo que esto escevy e depois desto aas duas oras depois do meo dia o dito Joham gils. e os sobr. ditos thesoureiro e o dito: meste escolla e o dito vigayro e mtyim L<sup>o</sup> e diogaflom foram ao thesouro e presente my dito notairo e testemunhas adiante escriptas. o dito Joham gils tomou esta prata aquy abaixo escripta toda por pesso. aquall foi pessada por goncallo alvz orivez. morador em a dita villa Item huu trbullo com seu pee. dourado. de maçania com suas cadeas e argollas e manopolla







sempre foram e são isemptos, e que a vós não estava honesto por tal maneira fazerdes desviarnos da carreira das benções com que nos os ditos nossos antecessores e padre leixaram encomenda da dita e privilegiados d'ella e pela tal derrogação dos ditos privilegios a dita egreja perdia muito de sua sustancia, e os beneficiados d'ella seu sustentamento, sem o qual temporal o espiritual não podesse, *extingue e apaga a mais luminosa candeia de todos os ditos Reinos* pelo qual da parte de Deos e da nossa vos requeriam, affrontavam uma vez e muitas que ceçasseis de aos ditos privilegiados lançardes armas nem cavallos nem outros nenhuns encargos, sem outra maneira d'elles de vós e de todos vossos processos e penas para nós appellavam e pediam etc., etc. «Dada em a villa da Brantes aos 21 dias d'Agosto el-rei o mandou por D. Pedro de Castro do seu conselho e védor de sua fazenda porquanto os letrados que com elle accordaram ficam assignados no accordão e passou por elle segundo ordenança Gaspar André a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1483. Dom Pedro.» (fl. 61 v.<sup>o</sup>).

52.<sup>o</sup>

Carta de D. João II, rei de Portugal e dos Algarves, de aquem e de além mar em Africa, senhor de Guiné, dada em Santarém e feita por João André a 12 de Julho de 1487, em que manda que o Porteiro da Massa do Cabido da Igreja Colegiada da nossa Vila de Guimarães gose de todos os privilégios, como os mais caseiros do número. (fl. 66 v.<sup>o</sup>).

(Continua).

JOÃO LOPES DE FARIA.